



República de Moçambique
Presidência da República

“Um Tribunal tempestivo, relevante e abrangente”

Discurso de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por Ocasão do Lançamento do Plano Estratégico do Tribunal Administrativo 2022-2025 (PLACOR IV).

Cidade de Maputo, 14 de Dezembro de 2021

Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;

Venerando Presidente do Tribunal Supremo;

Veneranda Presidente do Conselho Constitucional;

Digníssima Procuradora Geral da República;

Digníssimo Provedor de Justiça;

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados;

Senhora Ministra da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos;

Senhor Secretário de Estado na Cidade de Maputo;

Senhora Embaixadora da Irlanda;

Senhores membros do Corpo Diplomático acreditado em Moçambique aqui presentes;

Senhor Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Maputo;

Venerandos Juízes Conselheiros;

Digníssimos Magistrados da Jurisdição Administrativa;

Caros Antigos Presidentes do Tribunal Administrativo;

Ilustres Juízes Conselheiros e Magistrados Jubilados;

Caros Parceiros de Cooperação e de Desenvolvimento;

Distintos Convidados;

Minhas Senhores, Meus Senhores!

Quando recebemos o convite, para proceder ao lançamento deste instrumento orientador do desenvolvimento estratégico institucional do Tribunal Administrativo (TA) no próximo quadriénio, sentimo-nos muito honrados e agraciados.

Pretendemos, através desta participação, dar o nosso contributo para o fortalecimento deste órgão superior da hierarquia dos tribunais administrativos, fiscais e aduaneiros.

Por isso, as minhas primeiras palavras são de saudação a todos os presentes neste evento, aos integrantes da grande família da Justiça e, muito em particular, aos membros da base da pirâmide ao topo da Jurisdição Administrativa.

Caros Participantes!

O Tribunal Administrativo é um dos principais pilares para a consolidação do Estado de Direito Democrático que estamos a edificar, onde o primado da lei se impõe.

Desde os primórdios da sua existência, este órgão tem sabido reconhecer a centralidade de ter um vector estratégico para o seu planeamento anual e para a sua actividade corrente.

Trata-se de uma cultura organizacional salutar em consolidação, a partir da qual se extraem as linhas de força para a planificação anual, as avaliações e a aprendizagem regular sobre o progresso e o robustecimento da instituição.

Bem-Haja, o Tribunal Administrativo pela sua firmeza e convicção de que as linhas estratégicas de actuação são o melhor caminho para produzir resultados tangíveis e mensuráveis.

Minhas Senhoras, Meus Senhores!

À medida que o tempo passa, o Povo Moçambicano vai aumentando a consciência da importância do controlo da legalidade dos actos administrativos.

Ao mesmo tempo, torna-se mais consciente da pertinência da aplicação das normas regulamentares emitidas pela Administração Pública, para além da necessidade de fiscalização da legalidade das despesas públicas e a respectiva efectivação da responsabilidade por infracção financeira.

A título meramente ilustrativo, se no Primeiro Semestre do ano 2020, foram tramitadas 851 mil e 313 petições, queixas e reclamações de vária índole na Administração Pública, em igual

período do presente ano, foram tramitadas 2 milhões, 42 mil e 74, correspondente a um crescimento de 139,9%.

Em relação à capacidade de resposta das preocupações apresentadas pelo cidadão, do total dos 2 milhões, 42 mil e 74, foram concluídas 1 milhão, 983 mil e 135, o que corresponde a 97%.

Estes dados demonstram que registámos uma melhoria substancial na prestação de serviços, o que nos leva a concluir que o cidadão participa activamente para a melhoria do desempenho dos serviços que corporizam a administração pública.

Não obstante e porque estamos conscientes de que situações há em que, as pessoas singulares ou colectivas não encontram respostas que as satisfaçam junto à administração pública, uma das garantias dos seus direitos plasmados na lei é o recurso contencioso. Por isso, o Lema para este PLACOR IV (2022-2025) “*Um Tribunal tempestivo, relevante e abrangente*” não poderia ter sido melhor conseguido.

Veneranda Presidente do Tribunal Administrativo;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Fruto da vossa tradição institucional, o Tribunal Administrativo, desde o primeiro Plano Corporativo (2007-2010), teve mais dois que antecederam a este PLACOR IV, que têm como premissa uma orientação virada para resultados como o paradigma de planificação estratégica.

Apraz-nos saber que o PLACOR IV resulta de um largo processo de consulta aos mais variados níveis e com diversos intervenientes, com destaque para os moçambicanos, razão de ser da existência das instituições nacionais e beneficiários primários da boa administração da justiça.

Neste sentido, satisfaz-nos o facto de, no vosso próprio diagnóstico institucional, terem constatado, entre outros desafios, a **deficiente visibilidade do Tribunal perante a sociedade**.

Acrescido a este, está a **percepção social de existência de morosidade no tratamento de processos submetidos ao Visto**, embora haja um sistema informatizado do visto em todos os tribunais administrativos provinciais.

Com os onze objectivos estratégicos que constam do PLACOR IV é nosso entendimento que estarão em condições de materializar a visão de tornar o Tribunal Administrativo em “*ser uma instituição célere e eficaz na promoção da legalidade, integridade e de boa gestão da Administração Pública*”.

Ciente dos desafios diagnosticados, conforta-nos saber que, dos objectivos estratégicos definidos, constam dois resultados para a sociedade, designadamente,

- i. *aumentar a eficácia e a visibilidade da actuação do Tribunal Administrativo e*
- ii. *aproximar o Tribunal Administrativo à sociedade.*

Para o efeito, entre outros, relevam também os processos e os produtos fim, bem como a aprendizagem e o desenvolvimento, por vós identificados.

Neste contexto, merecem destaque a atracção e retenção de quadros competentes, condições fundamentais para o bom funcionamento e crescimento do Tribunal Administrativo, com base na meritocracia.

Não menos relevante é o desenvolvimento de competências dos funcionários no activo, como chaves-mestre para o crescimento e a melhoria do desempenho profissional.

Ademais, como já tivemos oportunidade de nos pronunciar em diversas ocasiões, durante as nossas interacções frequentes e profícuas com a família alargada da justiça, é fundamental **aumentar a celeridade** no desempenho aos vários níveis.

Hoje, o Povo Moçambicano demanda muito mais celeridade na resolução dos processos por forma a que os resultados da sua actuação tenham efeitos mais rápidos e também sejam mais visíveis, tornando a justiça mais justa ainda, porque rápida.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Distintos Convidados!

A elaboração de Planos Estratégicos é um marco para o êxito institucional. Porém, os objectivos estratégicos não devem ser tidos como a óptima solução de todos os desafios.

Paralelamente à implementação do Plano Estratégico, devem avaliar constantemente a sua aplicabilidade, incluindo outros instrumentos legais aprovados, bem como os instrumentos internacionais de que Moçambique é parte.

Com efeito, devem ter em conta o seguinte:

- i. a publicação de indicadores que meçam o impacto do Tribunal Administrativo para a sociedade;
- ii. a celeridade na reforma legal e identificação de outros domínios que carecem de reforma legal;
- iii. a digitalização e informatização da tramitação processual e jurisdicional da concessão do Visto;
- iv. o reforço da comunicação externa sobre o Visto, incluindo a promoção de denúncia de situações de corrupção; bem como
- v. a capacitação e especialização dos recursos humanos, são indicadores a ter em conta.

Gostaríamos de acrescentar como desafio, também para vossa reflexão, o valor das custas que se pagam para a atribuição do Visto a alguns contratos administrativos. Por exemplo, o valor cobrado de custas em alguns contratos cujo o objecto tem como fim último “*salvar vidas humanas, o nosso maior valor*” pode ser repensado.

Independentemente de a qual dos três poderes pertencemos, todos nós precisamos e, por vezes com celeridade, de serviços e cuidados de saúde que não podem estar reféns do pagamento de custas de um contrato que aguarda Visto do Tribunal Administrativo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Caros Convidados!

Esta é uma estratégia desafiante que procura responder às questões suscitadas no diagnóstico, de forma clara e destemida. Contudo, a implementação efectiva, principalmente dos 57 projectos estratégicos, num total de 123, requer recursos técnicos e financeiros suplementares, de cerca de 20 milhões de dólares.

Por isso, o apoio de todos os poderes, o legislativo, o executivo e o judicial, na aprovação do quadro legal favorável ao funcionamento do Tribunal, no geral, e da Secção de Contas Públicas, em particular, constituirá uma mais valia nos próximos quatro anos.

Como Governo, continuaremos comprometidos com angariação de recursos materiais suficientes para o apetrechamento do Tribunal Administrativo em capital humano, contando com o inestimável apoio dos nossos parceiros de cooperação e de desenvolvimento, que fortalecem este órgão, através da cooperação técnica e financeira.

O próprio Tribunal Administrativo deve ter a consciência de que o PLACOR IV constitui um instrumento de trabalho orientador dos caminhos que devem trilhar nos próximos anos, para tornar esta instituição mais forte, mais apta e mais competente na prossecução da sua função. Por isso, aos funcionários e agentes do Tribunal Administrativo, exortamos que se empenhem, cada vez mais, com brio, abnegação, dedicação, zelo e que se distanciem de actos de corrupção na nobre missão de contribuir para a legalidade e justiça no país.

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Distintos Convidados!

Como temos vindo a afirmar, a vida é o bem mais precioso do ser humano, por isso, temos todos a obrigação de nos protegermos e de proteger as pessoas à nossa volta, por isso, vamos todos nos cuidar da COVID-19.

Com estas palavras, **declaro lançado o Plano Estratégico do Tribunal Administrativo, PLACOR IV (2022-2025).**

Parabéns ao Tribunal Administrativo!

Obrigado pela Atenção!